

POR QUE O COMPARTILHAMENTO DE DADOS É TÃO RELEVANTE PARA SE ALCANÇAR NEGÓCIOS DIGITAIS RESPONSÁVEIS E INCLUDENTES?

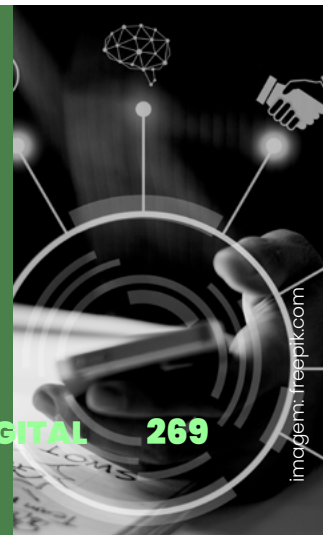
UM OLHAR SOBRE OS PEQUENOS NEGÓCIOS.

Vinícius Lages

A pandemia revelou com lupa as mazelas de um país desigual, empobrecido e com sérios *gaps* em relação ao futuro (competências para a economia digital). A incapacidade de adaptação para o trabalho remoto e para a economia digital por parte de milhões de brasileiros, e de pequenos negócios, tem impactado as taxas de desemprego e o encerramento definitivo dos negócios que não foram capazes de se adaptar. Cidadãos desconectados ou inabilitados para serviços digitais nas nuvens limitam sua fluência na oferta de serviços públicos e privados, até mesmo para o recebimento de recursos de programas sociais e auxílio durante a pandemia. As filas nas casas lotéricas e postos de atendimento dos bancos públicos para saque dos auxílios emergenciais foram um testemunho deste atraso tecnológico no acesso a serviços que poderiam facilmente ser digitalizados.

De todo modo, apesar dessas limitações, o distanciamento social decorrente da pandemia ampliou a relação das pessoas com a internet para fins educacionais, profissionais, sociais, assistenciais e econômicos.

Cresceu o entendimento de que o acesso à internet deixou de ser um serviço de economias desenvolvidas para se tornar um direito básico, como fornecimento de água limpa, segurança, educação e energia. As infovias e o acesso à banda larga crescem como prioridades das demandas de infraestrutura em todo o país.



Com o crescimento da rede de 5G e do IoT (internet das coisas) interconectando equipamentos, máquinas, automóveis, eletrodomésticos, processos industriais, ter acesso a dados e à capacidade de analisá-los será ainda mais questão de vida ou morte para os negócios.

Em que pese os efeitos negativos da pandemia sobre a saúde pública e economia, essa crise de escala global tem acelerado um processo de transformação digital que já se colocava de modo incontornável para a maioria dos setores, especialmente para os pequenos negócios.

De uma hora para outra, assistimos atividades econômicas, culturais e mesmo a vida social serem transportadas para o mundo digital através das múltiplas plataformas de *e-commerce*, *streaming* de entretenimento, plataformas de ensino e também de trabalho à distância.

Aqueles que de algum modo já haviam feito alguma transformação digital ou que se adaptaram mais rapidamente têm conseguido amortecer os impactos de uma economia que sofre o duplo choque de contração de oferta e de demanda.



Nosso breve empenho aqui é entender como esse processo de transformação digital, acelerado pela pandemia, e especialmente os dados, ativo essencial da inteligência analítica dos modelos de negócios digitais, podem fazer parte de uma economia digital mais inclusiva.

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL: DADOS COMO O NOVO PETRÓLEO!


Assistimos a uma acelerada transformação digital na última década, com múltiplas implicações sobre a vida social, econômica, cultural e política, ampliando ou aprofundando, no caso particular do Brasil, desafios que não apenas remetem aos últimos dois séculos, mas que se acumulam com os do século presente.

Essa transformação digital vem sendo habilitada pelo uso ampliado de tecnologias digitais que fizeram emergir uma economia cada vez mais centrada na geração de valor a partir de dados dinâmicos. A chamada big data assume dimensões exponenciais, e esse volume e essa variedade de dados só tendem a crescer com o crescimento da internet das coisas. Dados têm sido considerados o “novo petróleo” da economia digital, como discute Kai-fu

Lee em sua obra *As Superpotências da Inteligência Artificial: A China, Silicon Valley e a Nova Ordem Mundial* (2000). Os crescimentos dos números de sensores que captam dados, da capacidade de processamento e análise de dados, apoiada por inteligência artificial e aprendizagem de máquina (*machine learning*), e do uso de *blockchain*, têm permitido a automação e a aplicação dessas tecnologias em escalas cada vez mais acessíveis aos pequenos negócios.

Essas transformações aceleradas vêm ocorrendo em um contexto de mudanças globais do chamado mundo VUCA (acrônimo que remete à condição de cenários de volatilidade, incertezas, complexidade e ambiguidade) e têm produzido efeito disruptivo, ou seja, produzem impactos capazes de alterar os paradigmas vigentes, como os modos de produzir e distribuir valor no mundo dos negócios.


Vale, portanto, destacar a necessidade de maior atenção por parte das políticas públicas e agentes de desenvolvimento público e privados para os riscos de ampliar as desigualdades sociais e as iniquidades dos modelos econômicos vigentes, que estão embutidas em modelos de negócios do tipo plataforma digital, a base das chamadas big techs da economia digital.



Os negócios digitais que emergem deste modelo têm a capacidade de analisar e gerar valor a partir de dados dinâmicos, que superam todas as vantagens comparativas dos modelos de negócio legados do século XX, baseados em ativos proprietários ou ativos fixos. Essa capacidade de captar, analisar e gerar valor a partir de dados tem enorme potencial de excluir aqueles que ainda não fizeram a transição para a economia digital ou que não têm dados como o cerne de seus posicionamentos estratégicos de negócios. Isso é particularmente mais grave em um país como o Brasil, que ainda tem grande parte de sua população e negócios excluídos digitalmente.

A INCLUSÃO DIGITAL A PARTIR DE COMPARTILHAMENTO DE DADOS

Como um paradigma de inclusão digital e de compartilhamento de dados poderá alterar essa condição? Como plataformas digitais e comunidades que acessam dados abertos podem evoluir para uma economia digital mais includente? Essas são questões que podem orientar o futuro da economia brasileira na medida em que os pequenos negócios, que compõem cerca de 98% do número de pequenos negócios no Brasil, precisam evoluir em suas jornadas de inclusão e transformação digital.



Inclusão digital significa democratizar o acesso às tecnologias da informação, permitindo a inserção de todos na sociedade do conhecimento e na economia digital. Significa ampliar o acesso aos meios de comunicação digitais, a tecnologias da informação, portanto, a hardware, mas sobretudo a saber usar, gerar valor, poder analisar os dados gerados desse uso.

Para que pequenos negócios possam evoluir em suas jornadas de transformação digital, é preciso que não apenas passem a incorporar tecnologias e processos digitais baseados em dados, mas que evoluam em sua capacidade analítica desses dados. Por razões de limites de capacidade de fazer uma transformação digital em sua plenitude, o acesso a dados relevantes para os pequenos negócios deve ser parte de uma estratégia de dados abertos (open data) que facilita a entrada dos pequenos negócios na economia digital.

O Governo Federal já vem trabalhando uma política de dados abertos e de serviços digitais e grandes corporações, sobretudo na perspectiva de inovação aberta, e tem disponibilizado dados abertos que podem orientar estratégias de negócios de pequenas empresas.

A partir da publicação da Lei de Acesso à Informação (LAI), Lei nº 12.5271 – sancionada em 18 de novembro de 2011 e regulamentada pelo Decreto nº 7.724 de 16 de maio de 2012, surgiram dispositivos legais para facilitar o acesso à informação, aos dados governamentais e aos dados de pesquisa científica.

A LAI preconiza que é dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, devendo ser franqueada de forma ágil, transparente, clara e de fácil compreensão. Esse é um avanço na direção de ampliar o acesso a dados que podem gerar oportunidades de negócios e engajamento dos ecossistemas de inovação.



Dados abertos são aqueles disponibilizados ao público (cidadãos, empresas e agentes públicos) e que podem ser utilizados, reutilizados, analisados e compartilhados.

Dados abertos podem ser usados para validar modelos de análise e ajustar algoritmos de inteligência artificial e aprendizagem de máquina. Dados abertos podem ser ativos fundamentais para uma economia mais inclusiva e competitiva, ajudando a encontrar soluções para problemas que afetam toda humanidade nesse mundo transformado pela pandemia e que requer múltiplas formas de cooperação.

Considerando a importância estratégica de ampliar a inclusão digital em um país como o Brasil, tanto para cidadãos quanto para empreendedores de pequenos negócios, é essencial que sejam multiplicadas as iniciativas que habilitem esses agentes para o uso de dados.

Por um lado, o Governo Federal e os diferentes entes federados podem ampliar a utilização de seus serviços digitais e oferecer *analytics* como um serviço, sobre um conjunto de dados relevantes para seus cidadãos e empresários de pequenos negócios. Atualmente, através do portal Governo Digital¹, é possível acessar cerca de 2.832 serviços digitais, facilitando a vida dos brasileiros. Com uma estratégia de dados abertos associada, é possível estimular o uso desses dados sobre diversas áreas de interesse coletivo, como, por exemplo, segurança e educação, e através de editais, estimular a inovação aberta, encontrando respostas ou codesenhando soluções com os usuários.

No campo privado, já há algum tempo vemos iniciativas corporativas de inovação aberta baseadas em dados abertos, tanto em circuitos mais fechados, ou seja, com fornecedores ou *startups* ligados a grandes corporações, ou em iniciativas de impacto social e ambiental, engajando o terceiro setor e estimulando a participação social.

Como abordado ao longo do texto, a transformação digital que assistimos em todo o mundo, em um país como o Brasil, encontra desafios importantes devido aos processos de exclusão que configuram uma das sociedades mais desiguais do mundo.

A inclusão socioprodutiva passa cada vez mais pela inclusão digital na medida em que o conhecimento, a informação e dados relevantes são cada vez mais acessados pelos meios digitais. Não se trata apenas de acessar equipamentos ou softwares, ter um smartphone de última geração, mas saber usar e gerar valor para sua vida pessoal, profissional ou para negócios. É nesse sentido que o compartilhamento de dados em nuvens públicas e privadas deveria ser uma prioridade das políticas públicas.

Como processo habilitador para a economia digital, para reduzir o *gap* de novas competências do século XXI, é preciso que cada vez mais o uso de dados e a capacidade analítica sejam fortalecidos. Para uma agência de desenvolvimento de pequenos negócios, como o Sebrae, e que fomenta o empreendedorismo, promover a inclusão digital dos pequenos não apenas promoverá os ajustes nos modelos de negócios requeridos pela economia digital, mas também habilitará empreendedores para a aquisição de competências analíticas essenciais para uma economia cada vez mais baseada em dados e em inteligência assistida.

Muitas corporações do porte da Magazine Luiza, por exemplo, vêm promovendo a inclusão digital de pequenos negócios em sua plataforma de *e-commerce*. Fruto de uma parceria dessa rede varejista com o Sebrae, já possibilitou a inclusão digital de mais de dezenas de milhares de pequenos negócios.

Na medida em que um pequeno negócio começa a processar e utilizar dados de suas transações neste marketplace, começa a amadurecer seu processo de transformação digital, tornando-se pouco a pouco orientado por dados (data driven), eixo fundamental da nova economia digital.



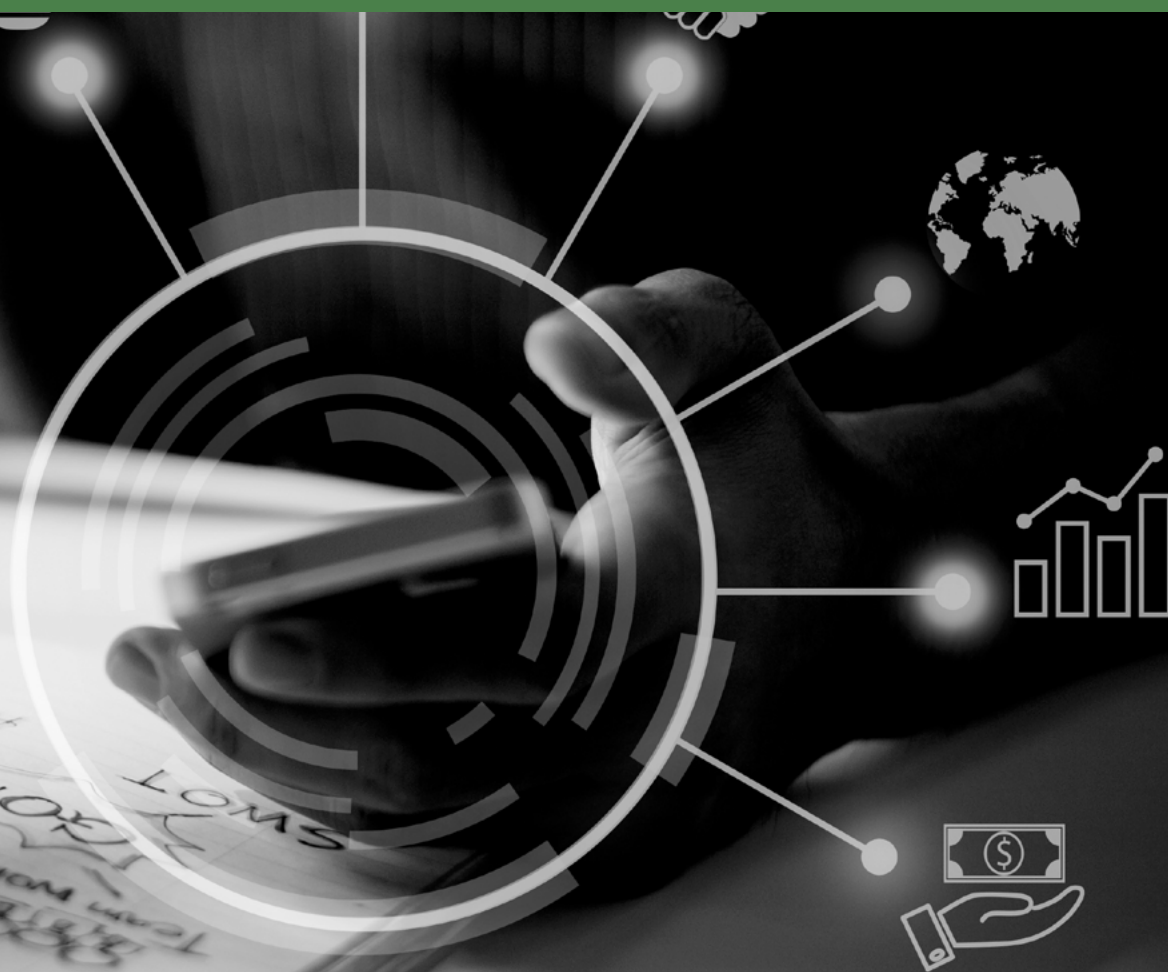
Como discutido, em um país desigual como o Brasil, a inclusão digital torna-se uma ferramenta para facilitar a inclusão de milhões de brasileiros nesta nova economia. No entanto, o maior desafio é habilitar milhões de cidadãos e empreendedores a usarem adequadamente os serviços digitais já existentes e a analisarem dados de modo a poder tornar a análise de dados uma parte integrante de seus modelos de negócios. Isso se faz tanto por estímulos das políticas públicas ou de agências de desenvolvimento como o Sebrae, ou através de iniciativa de inovação baseada em dados abertos, por parte do setor privado. A convergência dessas iniciativas pode acelerar o processo de inclusão digital no país e, mais que isso, acelerar uma transformação digital dos pequenos negócios, base da pirâmide econômica e que hoje ainda estão distantes das competências necessárias para os desafios presentes.



Vinícius Lages

Diretor Técnico do Sebrae/AL

Vinícius Lages é Engenheiro Agrônomo, pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL, e Doutor em Socioeconomia do Desenvolvimento, pela EHESS – Paris. Foi professor da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e já ocupou cargos de Ministro do Turismo e de Diretor do Sebrae Nacional. Atualmente, é Diretor Técnico do Sebrae Alagoas.



NOTAS E REFERÊNCIAS

- 1 Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br>